



REESCREVENDO AS PRÓPRIAS HISTÓRIAS NA PERSPECTIVA AFROGÊNICA

Cristina Maria Arêda Oshai¹

CONOCIMIENTO DESDE ADENTRO – los afrosudamericanos hablan de sus pueblos y sus historias, organizado por Sheila S. Walker. Cauca, Colômbia: Editorial Universidad Del Cauca, 2012. 587 p.

Sheila S. Walker, valendo-se da metáfora de que a diáspora africana se assemelha a um quebra-cabeças e à história do Rei Osiris, cujo corpo foi cortado em vários pedaços e espalhados mundo afora, mobilizou recursos financeiros e a energia de ativistas afrodescendentes de nove países latino-americanos, onde se fala espanhol, a fim de tentar unir as peças do quebra-cabeças e reescrever as histórias de ‘afrosulamericanas(os)’ “desde sua perspectiva *afrogênica*, de maneira coletiva, por e para si mesmos, e compartilhar suas vivências e conhecimentos com outros” (Walker, 2012, p. 7). A categoria *afrogênica* foi criada por Walker e se contrapõe à categoria ‘eurogênica’, remete a aspectos de interesse e a construções teóricas e metodológicas, dentre outras, elaboradas pelas(os) próprias(os) africanas(os) e afrodescendentes em contraposição ao conhecimento tido como morto, construído por terceiros a fim de desqualificar “as inteligências históricas das diversas civilizações africanas sequestradas e transladadas a diferentes lugares [das] América[s] pela via do comércio de africanos escravizados” (García, 2012, p. 82).

Afroepistemologia, outra categoria discutida no livro, foi definida por Jesus Chucho García no texto *Afroepistemologia y Afroepistemológica* como “a construção [do] conhecimento (...) que não está nos livros, já que são muito poucos os que se tem escritos desde as perspectivas dos afrodescendentes” (García, 2012, p. 83). Trata-se de uma construção ‘desde adentro’, feita pelos(as) próprios(as) afrodescendentes, e que valoriza, legitima e se nutre do conhecimento ancestral, não escrito nos livros. Ao contrário do que se tem legitimado no mundo letrado, García (2012) desassocia o conhecimento escrito da sabedoria, revalorizando a transmissão oral. *Afroepistemologia* e *Afroepistemológica*, enquanto formas propostas para a construção de conhecimento

¹ Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) e doutoranda em Antropologia na Universidade Federal do Pará, onde exerce atividades docentes no Curso de Graduação em Serviço Social.



pretendem romper com a epistemologia eurocêntrica, criada e legitimada por pseudocientistas, os quais se acharam e se acham com a prerrogativa de atestar “o que é e não é ciência e quem possui e não possui conhecimento e ciência” (García, 2012, p. 82).

Neste sentido, as(os) autoras(es) do livro nos premiam com 11 textos, incluindo a Introdução, por meio dos quais compartilham conhecimentos construídos a partir das perspectivas *Afroepistemológica* e *Afroepistemológica*, cujo traço marcante se revela no perfil das(os) escritoras(es) que, em sua maioria, são ativistas sem trânsito ou familiaridade com o mundo acadêmico, mas que tiveram sua sabedoria valorizada e legitimada. Outro traço se verifica no processo de construção coletiva, pelo qual pessoas tidas como inexistentes, invisibilizadas nas histórias oficiais, foram tomando consciência do passado histórico e, assim, reafirmando suas identidades étnico-raciais.

As autoras e autores do livro, ao se reconhecerem nas narrativas uns dos outros, perceberam que traziam consigo uma das várias peças do quebra-cabeças da diáspora africana. Mesmo considerando toda a diversidade cultural presente nos nove países estudados (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) com suas peculiaridades e, também sem se conhecerem, as(os) autoras(es) se reconheciam nas histórias relatadas, o que poderá ocorrer com muitas(os) das(os) leitoras(es) que vierem a apreciar o livro em questão. Desta forma, “um pedaço do quebra-cabeças encontrado em um país ajudava a compreender um fenômeno cultural em outro” (Walker, 2012, p. 20). A fim de orientar as pesquisas, realizadas para subsidiar a elaboração do livro, foi preparado um ‘documento de orientação’ balizado pelos seguintes temas:

origens africanas, escravidão e abolição, resistência, relações com outros – sobretudo indígenas –, transferência de tecnologia de África para as Américas, demografia, estruturas socioeconômicas das comunidades afrodescendentes, espiritualidade, sabedoria, arte e artesanato, gastronomia, festas/música/instrumentos/bailes e contribuições à nação (Walker, 2012, p. 21).

Em consonância com esses temas são apresentados relatos históricos que abordam a diáspora africana, experiências de relações raciais, sobre as várias contribuições das(os) afrodescendentes na construção nacional, ao mesmo tempo em que é problematizada a sua invisibilidade nas histórias oficiais dos vários países sul-



americanos, cujas riquezas materiais e imateriais foram construídas e delineadas pelas(os) africanas(os) traficadas(os) e continuam sendo pelas(os) descendentes. O livro oportuniza obtermos informações sobre os processos de tráfico e saques praticados contra o continente africano e também a respeito das formas de resistência construídas por africanas(os) e afrodescendentes na maioria dos países da América do Sul. As histórias compartilhadas ao longo dos capítulos demonstram a importância incalculável desses sujeitos no delineamento das dimensões culturais, socioeconômicas, políticas, ambientais que contribuíram e contribuem na configuração do continente americano.

A obra destaca, sobretudo, o protagonismo de afro-sul-americanas(os), em detrimento de aspectos que podem remeter à vitimização. O protagonismo é ressaltado, inclusive em oposição ao racismo historiográfico, pelo qual pseudocientistas, através de diferentes argumentos, insistem em reafirmar suposta inferioridade e incapacidade das(os) afrodescendentes na (re)organização da própria existência. As(os) autoras(es) problematizam e questionam a legitimidade dos conhecimentos produzidos, literalmente, por pseudocientistas a fim de reforçar ideologias racistas.

Esses conhecimentos, dentre outros efeitos, naturalizam uma suposta incapacidade de povos africanos traficados e das(os) afrodescendentes na conquista da liberdade e para pôr fim ao sistema escravista. Nesta lógica a Abolição da escravidão foi atribuída a figurões representantes dos poderes constituídos, como afirmam Oswaldo B. Lobatón, Newton Mori Julca *et al* no texto *Los Afroperuanos: retrospectiva Y situacion actual*. Esta distorção é cantada e alimentada em uma cantiga peruana, na qual o Presidente Provisório da República, à época da Abolição, é exaltado como responsável por esse feito – “Que viva minha mamãe, Que viva meu papai, Que viva Ramón Castilla, Que nos deu a liberdade” (Libatón, 2012, p. 441).

Entretanto, contrastando com a pretensa inferioridade e subalternidade de africanas(os) e afrodescendentes escravizadas(os), é possível identificar dentre as leis promulgadas no período colonial, algumas voltadas especificamente para regular os modos de vestir, com proibição expressa para que as mulheres africanas e afrodescendentes não se enfeitassem, pois suas belezas interferiam nas relações conjugais estabelecidas entre brancos. Juan Angola Maconde, no artigo *Las raíces africanas em la historia de Bolivia*, referencia essa questão quando discute as proibições



impostas a afrodescendentes nos espaços urbanos, muitas delas impeditivas também da realização de determinadas atividades laborais.

Reiterando a existência de projetos articulados de exploração e dominação, cabe citar que leis semelhantes foram impostas também no Brasil, visando o protecionismo de brancos empobrecidos, como destacam Pierre Verger (2002), Clóvis Moura (2004), Vicente Salles (2000), Carneiro da Cunha (1985). Especificamente sobre a proibição impostas às mulheres Maconde enfatiza que “a lei não alterou o deleite das mulheres africanas e afrodescendentes com seus vestidos, os que continuaram elas mesmas costurando” (2012, p. 176).

Lucía Dominga Molina e Mario Luis López, no artigo *Aportes de Africanos y Afrodescendientes a la Identidad Nacional Argentina – una visión afrogénica*, afirmam que a transculturação-aculturação foi um importante mecanismo utilizado pelos escravocratas na Argentina a fim de construir hegemonia. A dupla elenca alguns aspectos que marcaram o processo de transculturação-aculturação, sendo o primeiro deles as vestimentas, que tiveram que ser adequadas aos padrões europeus; os outros aspectos referem à catequização forçada, à imposição de um novo idioma, à adaptação compulsória a estilos de vida e trabalho. Porém, se por um lado africanas(os) traficadas(os) tiveram que deixar para trás instrumentos musicais e abandonar alguns de seus traços culturais, por outro, foram capazes de reinventar formas de sobrevivência e de resistência a partir da memória nutrida, sendo estes modos de vida reinventados, que contribuíram para formar a “cultura afro-americana” (Molina; López, 2012, p. 109).

Raúl Platicón Caicedo (2012) aborda dois aspectos que também marcaram o tráfico negreiro - em todas as regiões onde ocorreu -, os roubos de tecnologias africanas e a inexatidão da quantidade de humanos traficados. Platicón Caicedo identificou em seus estudos que, no período de intensa exploração mineral na Colômbia, especificamente do ouro, houve também intenso tráfico de pessoas oriundas da Costa Oeste africana, também denominada de Costa do Ouro, onde se empregavam tecnologias avançadas na atividade minerária. Os roubos tecnológicos também se verificam em outras atividades produtivas como a agricultura e os trabalhos artesanais, dentre outros.

Em relação à quantidade de africanos(as) traficados(as), os números são incertos, tal qual no Brasil. Entretanto, a diversidade dos grupos étnicos (Wolof,



Balanta, Bran, Zape, Biáfara, Serere, Bijago, Kongo, Manicongo, Anzico, Angola, Akán, Yorubá, Fanti, Ewe-fon, Ibo, Ashanti, Criollos) envolvidos apenas na atividade mineradora naquele país e, aqui, só foram considerados os grupos majoritários, permite supor os impactos provocados na reprodução material e imaterial também sobre os que permaneceram no continente Africano.

As histórias narram as violências físicas e simbólicas praticadas contra afrodescendentes nos nove países latino-americanos e revelam estratégias de dominação e mecanismos de reprodução do racismo e da discriminação racial, reatualizados ao longo dos séculos. Embora afrodescendentes brasileiras(os) não tenham participado da elaboração do livro, ao lê-lo me reconheci nas histórias de pessoas e de países que não conheço. É possível identificar aspectos ideológicos que orientam práticas acadêmicas e científicas válidas também no Brasil e, certamente, semelhantes aos utilizados em outros países que partilham uma herança colonial, o que permite constatar a existência de projetos de dominação transnacionais e, da mesma forma, a compatibilidade de interesses de elites brancas. Um desses aspectos se revela na reprodução de argumentos pseudocientíficos pelos quais falsas verdades são oficializadas, a fim de, senão invisibilizar, ao menos reduzir a importância das(os) afrodescendentes na vida política e socioeconômica desses países e, assim, perpetuar os privilégios historicamente desfrutados e resguardados por uma minoria branca.

Walker (2012), ao detalhar o processo de elaboração do livro *Conocimiento desde Adentro – los afrosudamericanos hablan de sus pueblos y sus historias*, apresenta um breve relato sobre a mobilização política de afrodescendentes norte-americanas(os) a fim de alterar e contestar as pseudoverdades reproduzidas nos espaços acadêmicos daquele país, possibilitando refletirmos acerca destes espaços no Brasil. Nos Estados Unidos, em meados do século passado foi exigido, por afrodescendentes, a inclusão de docentes e discentes negras(os) no mundo acadêmico; foram criadas universidades ‘negras’ e fundos de apoio a estudos e pesquisas visando subsidiar a construção e o fortalecimento do protagonismo das(os) afrodescendentes.

No Brasil, apesar das lutas políticas travadas cotidianamente por afrodescendentes a fim de democratizar o acesso aos bens socialmente produzidos, os espaços de educação formal, em especial, os acadêmicos, continuam marcados por segregação, sendo ocupados, majoritariamente, por não-negros(as), quer sejam



discentes, quer sejam docentes (Carvalho, 2005-2006). Conclui, Walker, que é importante “ler obras de “expertos” (2002, p. 23) que transitam no mundo acadêmico ou que nele são legitimados para conhecer as muitas mentiras escritas sobre africanas(os) e afrodescendentes. Em seguida é necessário “desaprender o alienantemente aprendido” (2002, p. 22) e reescrever as histórias a partir da perspectiva *afrogênica*.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros, Estrangeiros – os escravos libertos e sua volta a África*. São Paulo: Brasiliense: 1985.

CARVALHO, José J. de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, n. 68, 2005-2006, p. 88-103. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/08-jose-jorge.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2014.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2004.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*. Belém: IAP, Programa Raízes: 2005.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio: 2002.

*Recebido em setembro de 2014
Aprovado em janeiro de 2015*